



Vasco Rosa

Para uma política cultural nos Açores, X «Crowdfunding» editorial e mercado da arte

Quem não tem cão caça com gato e É preciso um pouco de tudo para fazer um mundo são adágios populares que podem inspirar quem, em meios adversos e contra toda a sensatez e evidência, persiste em criar ou produzir cultura. Este artigo é, por isso, dedicado a ideias para escapar à tenaz de subsídios e patrocínios como condição para se fazer seja o que for (mas livros em particular) e para sacudir essa longa, ressequida, ultrajante dependência criada e mantida por poderes públicos para quem a plena liberdade dos criadores será um estorvo, ou um perigo, tanto quanto o jornalismo qualificado (e cito). Uma sociedade dinâmica, capaz de gerar por si os meios de que necessita para as suas realizações, deixará governos e municípios sem aqueles atributos de tutela, escrutínio e até favor que são todo o seu nefasto privilégio. Demonstrar ser possível dispensar subsídios públicos — que tantas vezes chegam tarde e a más horas, se é que chegam —, porque particulares se associaram informalmente para financiar algo que entenderam como interessante concretizar, e conseguir que esse *crowdfunding* se institua e consagre como sistema alternativo, representaria uma grande maturidade social, tanto quanto a solução imediata para muitos impasses e frustrações, que travam a expressão da criação cultural contemporânea.

Editores de qualidade como os da E-Primatur, por exemplo — mas há também projectos muito especiais noutras editoras, como um livro sobre arquitectura paisagista de Ilídio Alves de Araújo na Afrontamento, em 2022, que no fim incluiu a lista dos compradores prévios aderentes —, imaginam publicações que submetem à apreciação preliminar dos seus leitores que, por pré-compra, ou subscrição, atingido o número de adesões considerado necessário, cobrem a despesa da impressão dum livro e depois de outro, e assim consecutivamente. Não há nenhuma razão para que este modelo não seja transposto para os Açores, permitindo às suas livrarias-editoras, com clientes habituais, e aos seus institutos culturais, com três centenas de sócios — ou seja, beneficiando de redes já instituídas e de contactos de proximidade —, fazerem o que querem sem depender de meses de espera pelo sim ou pelo não das instâncias públicas e da sua ainda prevalecente burocracia, a que só o único editor verdadeiramente independente virou costas há muito e com inteira razão.

Diria mesmo que este é o momento para ensaiar essa alternativa, face à precariedade do Orçamento regional e ao rombo nas finanças públicas criado pelo desastre no hospital de Ponta Delgada e pelos custos da sua urgente reconstrução, grande prioridade regional.

Apesar da abundante produção de livros nos Açores, há ainda um enorme elenco de obras e autores a resgatar do esquecimento e a revisitar em publicações com estudos de contextualização. Na ausência duma Imprensa dos

Açores, inspirada no modelo e desígnio da Imprensa Nacional, de Lisboa, que assegurasse a circulação permanente do cânone literário e histórico regional, como há tempos alguém me apontou — mas sobre a qual tenho as maiores dúvidas, porque não vejo existir qualificação interna de quadros profissionais à altura dessa especialização oficial —, o *crowdfunding* pode vir a ter papel relevante nessa restituição, inclusive a de monografias locais de etnografia e história da arte que melhor representem a diversidade das ilhas açorianas, uma a uma consideradas.

O caso absolutamente exemplar de na Ilha das Flores estar a nascer uma campanha de subscrição pública para aquisição, a duas bibliotecas universitárias norte-americanas, de cópia dum lote de fotografias feitas nos Açores no século XIX, prova-nos que iniciativas privadas e de associação podem suprir a indiferença ou a incapacidade pública de zelar, em primeira instância, por património comum. Se acções deste tipo triunfarem e se repercutirem, mais e mais, todo o ambiente da vida cultural vai curar-se da habitual mão estendida pedindo recursos públicos, aliás reduzidos. É um desmame lento e gradual mas que, numa década, irradiaria consideravelmente o desconforto e a inércia instalados. E de modo algum estou a defender que a DRAC deixe de apoiar a edição de livros nos Açores. Estou a dizer, muito convictamente, que *esta não pode depender daquela no modo e no grau de incerteza em que hoje depende*, e que pelo exposto tenderá a agravar-se. Só não vê quem não quer.

Outro tópico que tem chamado a minha atenção é o facto de em leilões nacionais obras de arte dos Açores terem aparecido a bons preços, sem que museus regionais as possam adquirir para os seus fundos, quer por falta de meios próprios para tal, quer pela exigência de extrema brevidade sobre decisões superiores que demoram. Essa dispersão não é vantajosa para a cultura açoriana. Há, por outro lado, produção nas ilhas que não tem, creio, suficiente mercado de arte ou circulação expositiva em galerias e feiras, o que penaliza os artistas. Deste modo, por que não incentivar, através de facilidades fiscais relevantes e duma campanha junto das Associações do sector, hotéis, restauração, turismo de habitação e alojamentos locais a decorarem as suas instalações com obras de autores e motivos açorianos? (E que bom que é jantar no Alcides e ver o painel de Domingos Rebelo ao fundo...) Além do óbvio e imediato benefício dos artistas, seria esta uma forma hábil de mostrar a quem visita as Ilhas a sua criação artística, desde o melhor artesanato à fotografia, desde a pintura de paisagem à arte contemporânea que preste.

Como aqui escrevi há pouco, só medidas concretas mudam as coisas. E o debate de ideias é o melhor motor de mudança. Custa assim tanto disporem-se a isso?

Pedro Nascimento Cabral inaugura Centro de Emergência Social para apoiar vítimas de violência doméstica

O Presidente do Município, Pedro Nascimento Cabral, inaugurou em Ponta Delgada, um Centro de Emergência Social que disponibiliza apoio especializado e acolhimento temporário a vítimas de violência doméstica.

“Este centro pretende ir ao encontro das reais necessidades de pessoas a quem as agruras da vida empurraram para situações de violência doméstica ou mesmo de discriminação sexual”, afirmou o autarca na cerimónia de inauguração, indicando que o espaço tem capacidade para receber até 10 utentes.

Pedro Nascimento Cabral sublinhou que o Centro de Emergência Social foi criado para garantir “protecção” às vítimas de violência no concelho e pensado de forma a que possam reconstruir as suas vidas, “num ambiente de segurança e tranquilidade”.

“É importante que estas pessoas saibam que, independentemente do género, vão encontrar aqui um ‘porto

de abrigo’ anónimo, onde poderão refazer a sua vida e obter resposta imediata às suas necessidades de curto e médio prazo”, frisou o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

O Centro de Emergência Social funcionará em estreita colaboração com instituições como a APAV – Açores, UMAR Açores e Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada, tendo como principal objectivo promover o restabelecimento do equilíbrio emocional e psicológico das vítimas acolhidas.

Durante a permanência na residência, a autarquia desenvolverá acções para que os utentes possam desenvolver as suas aptidões pessoais e profissionais, favorecendo a respectiva reinserção social e autonomização em condições de dignidade e segurança.

Como explicou Pedro Nascimento Cabral, trata-se de uma resposta gratuita e está também dirigida a pessoas ou agregados familiares que tenham sido vítimas de situações de intempé-

rie, calamidade, catástrofe natural ou incêndio.

O Centro de Emergência Social funcionará como solução de transição, de acolhimento temporário, não superior a seis meses, a não ser, em casos excepcionais, em que se veja justificada a prorrogação da permanência das vítimas por igual período de tempo.

As vítimas serão identificadas e orientadas para a residência, por indicação de responsáveis técnicos, feita com base nos relatórios de entidades encaminhadoras ou por sinalização da Protecção Civil.

Sem pretender substituir-se a instalações do género no concelho, Pedro Nascimento Cabral destacou que a criação do Centro de Emergência Social enquadra-se no “esmerado trabalho” desenvolvido pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, através do Departamento de Desenvolvimento Social, para diluir assimetrias e vulnerabilidades sociais no concelho.

E aproveitando a presença de responsáveis da APAV – Açores, UMAR Açores e do Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada, o autarca enfatizou que esse trabalho só é possível graças à presença dos técnicos destas instituições no terreno.

“As vossas instituições são absolutamente imprescindíveis naquilo que nós queremos que seja um combate efectivo, com resultados, a todas as formas de violência e de discriminação com que, infelizmente, a nossa sociedade ainda se confronta”, sinalizou.

Refira-se que o município continuará a estabelecer parcerias ou protocolos com outras entidades ou serviços da comunidade vocacionados para a prestação de apoios adequados às necessidades das vítimas de violência doméstica, designadamente nas áreas da justiça, da saúde, da educação, da segurança social, do emprego, da formação profissional e do sistema de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens.